

ELSA SILVA • HELENA MENDES

ECONOMIA

11.º CLASSE



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

2.9 – O Estado

1. Noção e esferas de intervenção do Estado	10
2. O Estado liberal e o Estado intervencionista	12
Estado liberal	12
Estado intervencionista	13
3. Funções económicas e sociais do Estado	14
Eficiência	14
Estabilidade	16
Equidade	16
4. Sector público	17
Sector público administrativo	17
Sector empresarial do Estado	17
5. Orçamento do Estado	21
Dossiê – Orçamento geral do Estado	24
Receitas e despesas públicas	26
Saldo orçamental	29
6. O sistema fiscal de Angola	31
Impostos	31
Taxas	33
Contribuições	33
7. Políticas de intervenção do Estado	34
Elementos da política económica	35
Construção de uma política económica	35
Exemplos de políticas económicas e sociais	36
Dossiê – Políticas económicas e sociais	38
Dossiê – Orçamento Geral do Estado	40
Esquema – Síntese	42
Rever Conhecimentos	43
Ficha de Trabalho	44

2.10 – Instituições financeiras

1. Noção de instituição financeira	48
2. Mercado monetário e mercado financeiro	50
Crédito e taxa de juro	51
Tipos de crédito	51
A taxa de juro	52
A oferta e a procura de fundos financeiros	53
3. O mercado de títulos	54
Bolsa de Valores	54
Objectivos das Bolsas de Valores	55
Tipos de Bolsas de Valores	55
Ordens de Bolsa	56
Índices bolsistas	56
4. Os mercados institucionais	57
5. Instituições financeiras bancárias	58
Banco Central e banco emissor	59
Bancos comerciais, de investimento e de poupança	60
6. Instituições financeiras não bancárias	61
Instituições financeiras não bancárias ligadas à moeda e crédito	61

Instituições financeiras não bancárias ligadas à actividade seguradora e previdência social	62
Instituições financeiras não bancárias ligadas ao mercado de capitais e ao investimento	62
7. Produtos financeiros	64
Esquema – Síntese	66
Rever Conhecimentos	67
Ficha de Trabalho	68

2.11 – Resto do Mundo

1. Necessidade de comércio internacional	72
2. Comércio externo	74
Divisas. Valorização e desvalorização	76
3. Balança de pagamentos	79
Balança comercial	79
Balança comercial de Angola	82
Balança de serviços, rendimentos e transferências unilaterais	84
Balança de transacções correntes	87
Balança de capitais	89
4. Balança de pagamentos em Angola	93
Dossiê – Teoria do comércio internacional	96
Dossiê – Balança de pagamentos	97
Esquema – Síntese	98
Rever Conhecimentos	99
Ficha de Trabalho	100

3.1 – Relações entre agentes económicos. A contabilidade nacional

1. O circuito económico global	106
2. A contabilidade nacional	111
3. Organização da contabilidade nacional	113
4. Cálculo do valor da produção	115
Métodos de cálculo	115
Noções básicas da contabilidade nacional	118
Produto interno e produto nacional	119
Produto líquido e produto bruto	120
Produto a preços de mercado. Produto a custos de factores	121
Produto pela óptica do Produto	123
Produto a preços correntes. Produto a preços constantes	125
Produto pela óptica da despesa	128
Produto pela óptica do rendimento	131
5. Quadro de entradas e saídas. Igualdades dos grandes agregados	133
6. Limitações da contabilidade nacional	135
Esquema – Síntese	138
Rever Conhecimentos	139
Ficha de Trabalho	140
Bibliografia	144



Elementos do Estado

- Povo
- Território
- Soberania

Órgãos de soberania (art. 53º da CR – 1992)

- Presidente da República
- Assembleia Nacional
- Governo
- Tribunais

1. Noção e esferas de intervenção do Estado

O Homem é um ser eminentemente social. Assim, é natural que necessite de uma estrutura organizada – o Estado –, que, sendo reconhecida por todos os membros da comunidade, seja capaz de garantir a vida em sociedade, ditando leis e regras que todos devem respeitar e seguir com vista à salvaguarda dos interesses colectivos.

O Estado é a comunidade constituída por uma população que, a fim de garantir a segurança, a justiça e o bem-estar, se apropria de um território e nele institui, por autoridade própria, o poder de dirigir os destinos nacionais e de impor as normas necessárias à vida em sociedade.

Polis Enciclopédia Verbo (adaptado)

De facto, podemos considerar que o Estado é uma comunidade humana dotada de uma determinada forma de organização do poder político, sendo este exercido num território e tendo como grande objectivo garantir a segurança, a justiça e o bem-estar de todos os cidadãos.

Consideram-se **elementos do Estado**:

- ⇒ o **Povo**, ou seja, um conjunto de pessoas ligadas por laços de nacionalidade;
- ⇒ o **Território**, ou seja, o espaço geográfico que abrange o solo, o subsolo, o espaço aéreo e, em alguns casos, o espaço marítimo;
- ⇒ a **Soberania**, ou seja, o poder político que se manifesta através das competências que são atribuídas aos seus diferentes órgãos.

O principal objectivo do Estado é garantir a satisfação das necessidades colectivas. Para isso desenvolve um conjunto de actividades ou de funções.

Consideram-se as seguintes **funções tradicionais do Estado**:

- ⇒ **Legislativa**, que consiste na elaboração das leis que regulam a vida das comunidades.
- ⇒ **Executiva**, que consiste em cumprir e fazer cumprir as leis.
- ⇒ **Judicial**, que consiste na intervenção do Estado em matéria de resolução de conflitos.

Cabe aos órgãos de soberania levar a cabo cada uma destas funções tradicionais do Estado.

Para além das actividades desenvolvidas pelo Estado no cumprimento destas funções, que tradicionalmente lhe são atribuídas, verificamos nas **sociedades contemporâneas um alargamento crescente das suas esferas de intervenção**.

Na sociedade actual distinguem-se três grandes esferas de intervenção do Estado:

- ⇒ **Política.** Cabe ao Estado o controlo sobre a aplicação das leis e o cumprimento das medidas adoptadas, através de órgãos criados para esse fim, como é o caso dos Tribunais.
- ⇒ **Social.** De forma a garantir a todos os cidadãos, em especial aos mais carenciados, um nível de bem-estar adequado, o Estado põe em marcha um conjunto de medidas de carácter social. É o caso, entre outros, dos subsídios de doença ou de invalidez.
- ⇒ **Económica.** Ao intervir na economia, o Estado pode pretender, entre outros aspectos, garantir a estabilidade e o regular funcionamento do sector ou assegurar o crescimento e o desenvolvimento económicos.

Esferas de intervenção do Estado

Política

Social

Económica



Captura de ecrã da página de História da Assembleia Nacional. O cabeçalho inclui o logótipo da Assembleia Nacional e o título "História". O conteúdo principal apresenta uma introdução sobre a Assembleia Nacional, criada em 1992, e a sua estrutura organizativa, composta por 223 deputados eleitos por sufrágio directo e universal para um mandato de 4 anos.

Actividades

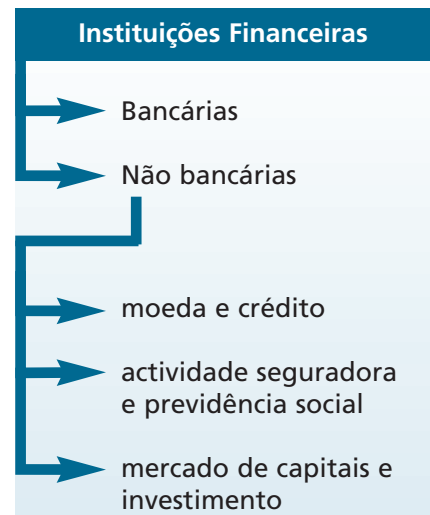
1. Indique as funções tradicionais desempenhadas pelo Estado.
2. Distinga cada uma das esferas de intervenção do Estado.
3. Consulte o [site www.parlamento.ao](http://www.parlamento.ao) e refira:
 - como se organiza a Assembleia Nacional.
 - qual o modo de funcionamento da Assembleia Nacional.

Tendo em vista a harmonização dos sistemas financeiros dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), as instituições financeiras angolanas dividem-se em:

- ⇒ **Instituições financeiras bancárias**, as que podem receber depósitos e criar moeda através da concessão de crédito, **T2**. Os bancos constituem um exemplo deste tipo de instituições.
- ⇒ **Instituições financeiras não bancárias**, as que não estão autorizadas a receber depósitos, mas concedem crédito financiado através da emissão de obrigações, da contracção de empréstimos a médio e longo prazo e dos recursos próprios de que dispõem. As sociedades de capital de risco constituem exemplos deste tipo de instituições.

As **Instituições financeiras não bancárias** dividem-se ainda em três grupos:

- ⇒ as que estão ligadas à moeda e ao crédito;
- ⇒ as que estão ligadas à actividade seguradora e previdência social;
- ⇒ as que estão ligadas ao mercado de capitais e ao investimento.



Criando moeda e não riqueza **T2**

À primeira vista, a criação de moeda pelo sistema bancário pode parecer boa de mais para ser verdade, porque parece que o banco criou moeda a partir do nada. Para verificar que a criação de moeda tem pouco de miraculoso, repare que, quando o nosso banco imaginário concede empréstimos a partir das suas reservas e cria moeda, não cria nenhuma riqueza. Os empréstimos fornecem às famílias o dinheiro para aquisição de bens e de serviços, mas, em simultâneo, as famílias estão a endividar-se, de modo que os empréstimos não as tornam mais ricas. Noutras palavras, os bancos que ao mesmo tempo criam moeda aumentam o valor dos empréstimos concedidos. No fim deste processo de criação de moeda, a economia está mais líquida, já que aumentou o meio de troca, mas não está mais rica do que anteriormente.

Mankiw, Gregory, *Principles of Macroeconomics* (adaptado)

O seu Banco em Angola.

■ 47 Agências em todo o País
 ■ 250 mil Clientes
 ■ Apoio especializado à Exportação
 ■ Guia BPI Angola

O BPI está presente em Angola através do BFA - Banco de Fomento Angola, que dispõe de 4 Centros de Empresas e 47 Agências em todo o País, servindo mais de 250 mil Clientes. Em Portugal e em Angola, o BPI e o BFA oferecem a sua disposição um serviço financeiro completo e um apoio especializado à exportação, através da nova Linha de Crédito Angola Express, no montante de 150 milhões de dólares. Informe-se nos Centros de Empresas ou nos Balcões BPI e peça o seu Guia BPI Angola, com toda a informação útil para iniciar ou consolidar a sua relação com Angola. Linha BPI Exportação 800 200 200.

BFA **BPI**

Câmbios	Compra	Venda
USD	80.24	83.46
ZAR	11.04	11.50
EUR	101.56	105.04
CHF	85.00	85.85
GBP	147.17	153.53

Actividades

1. Distinga instituições financeiras bancárias de instituições financeiras não bancárias.
2. Explícite o sentido da afirmação sublinhada em **T2**.

FICHA DE TRABALHO

1. Identifique as afirmações verdadeiras, transcrevendo para o caderno a letra correspondente às mesmas. Em relação às afirmações falsas, transforme-as em verdadeiras, introduzindo as alterações que considere necessárias.

- A. A contabilidade nacional permite-nos conhecer a capacidade de criar valor ao adicionar o valor das vendas das diversas unidades de produção existentes no país.
- B. Os imigrantes desde que residam no nosso país há mais de um ano são considerados no cálculo do Produto Nacional desse país.
- C. O trabalho realizado por uma doméstica não faz parte do Produto desse país.
- D. A cada ramo de actividade económica corresponde pelo menos um produto.
- E. A compra de habitação pela família Silva é registada como consumo das famílias, o mesmo acontecendo com a compra de automóvel.
- F. Numa autarquia, segundo a óptica da despesa, o valor do PIB pm é igual à procura interna.
- G. O consumo de capital fixo ou as amortizações permite-nos passar do PIB ao PIL e vice-versa.
- H. A aplicação do método dos valores acrescentados a uma empresa permite-nos calcular o valor da produção da referida empresa.
- I. Uma das parcelas das remunerações do trabalho é o salário.
- J. O consumo intermédio não é contabilizado no cálculo do valor do Produto de um país.
- K. A venda de artesanato pela empresa «Artes do Lazer, SA» a turistas de visita ao nosso país não é registada no PIB cf.
- M. A actividade, desenvolvida pelo senhor António, de reparação de electrodomésticos, nas horas vagas, sem que esteja legalmente inscrito na Direcção Geral de Finanças da área de residência, não é registada no cálculo do Produto.
- N. A despesa interna é equivalente ao PIB pm.
- O. Os bens de consumo intermédio são contabilizados no cálculo do Produto de acordo com o método do valor acrescentado.
- P. A procura global representa a totalidade da procura realizada em relação à produção no nosso território económico, incluindo, por isso, a procura interna e a procura externa.

2. Na Alfândia participam no processo produtivo 5 empresas: cada uma produz um bem de consumo final que comercializou no mercado, na sua totalidade, durante o ano de 2002. As empresas utilizam os recursos e obtêm as receitas de acordo com os valores apresentados na tabela anexa.

(Valores expressos em unidades monetárias)					
	Açúcares, Lda	Legumes & Frutas	Sopão, S.A	Lactínios, Lda	Mariscos, Lda
Consumos intermédios	23 560	24 006	56 000	12 000	15 790
Valor das vendas	45 900	28 700	65 700	15 600	53 098

2.1 Calcule o valor acrescentado por cada uma das empresas.

2.2 Calcule o valor do Produto da Alfândia de acordo com o método dos valores acrescentados.

FICHA DE TRABALHO

3. Em 2003, as contas nacionais da Betalândia registaram os valores apresentados no quadro seguinte.

Contas Nacionais em 2003	
Rubricas	Unidades monetárias
Direitos e taxas deduzidos dos subsídios sobre importação	112 750
Exportações de bens e de serviços	10 030
Impostos menos subsídios sobre os produtos e as importações	108 420
Impostos indirectos líquidos de subsídios à exploração	124 950
Saldo dos rendimentos do trabalho, da propriedade e da empresa com o Resto do Mundo	12 070
Valor acrescentado bruto a preços de aquisição	699 840
Procura global	891 800
Remunerações do trabalho	385 700
Consumo de capital fixo	134 570
Excedente bruto de exploração	318 470
Donativos concedidos pelas famílias da Betalândia	10 290
Remessas dos imigrantes	21 480
Remessas dos emigrantes	13 800
Reformas e pensões	15 620

- 3.1 Calcule o PIB utilizando a óptica do rendimento.
- 3.2 Calcule o valor do rendimento nacional.
- 3.3 Calcule o PIB a preços de mercado.
- 3.4 Determine o valor da procura interna.
- 3.5 Determine a despesa interna.
- 3.6 Determine o valor das importações.
- 3.7 Calcule o valor do rendimento disponível dos particulares.

4. Leia o texto seguinte.

O PIB, a preços de mercado, alcançou em 2004 um crescimento de 12,2% em termos reais. O forte crescimento registado em 2004 resulta do aumento do sector petrolífero; o seu peso no PIB passou de cerca de 48,3% em 2003 para 55% em 2004. De igual forma, o peso das outras indústrias extractivas, das quais se destaca a produção de diamantes, aumentou, embora ligeiramente, de 4,5% do PIB para 5%. Destaca-se, igualmente, a contribuição do ramo da agricultura, silvicultura e pescas de 8,2% para 9% e, sobretudo, dos serviços mercantis de 14,2% do PIB para 16%. Os demais ramos de actividade, à excepção dos serviços não mercantis, conheceram uma forte redução de 15,1% do PIB em 2003 para 8% em 2004.

O desempenho do PIB, em 2004, foi um dos mais significativos dos últimos 6 anos, apenas superado pelo crescimento de 14,4% registado em 2002, esperando-se que o mesmo venha significar uma nova era no desenvolvimento económico de Angola, pois perspectiva-se que o mesmo continue sustentado nos próximos anos, contrariando assim o período de quase-estagnação que a economia registou num passado recente.

Relatório Anual de 2004, BNA (adaptado)

- 4.1 Elabore uma síntese com as principais conclusões do texto.

4. Os mercados institucionais

Os mercados institucionais constituem um segmento do Mercado Monetário, nele se realizando operações entre instituições financeiras. Sendo vedado a particulares e a empresas, é, portanto, um mercado restrito.

O Mercado institucional divide-se em dois grandes mercados:

- ⇒ Mercado Monetário Interbancário (MMI).
- ⇒ Mercado Interbancário de Títulos (MIT).

O Mercado Monetário Interbancário tem como principal função regular a procura e a oferta de fundos entre as instituições bancárias, de forma a regular excedentes ou défices de liquidez. Assim, os bancos com excesso de liquidez podem cedê-la aos bancos que, nesse momento, apresentem falta de liquidez e desta forma podem, por exemplo, captar fundos para o financiamento de crédito aos seus clientes ou para a manutenção dos níveis de reservas obrigatórias de caixa.

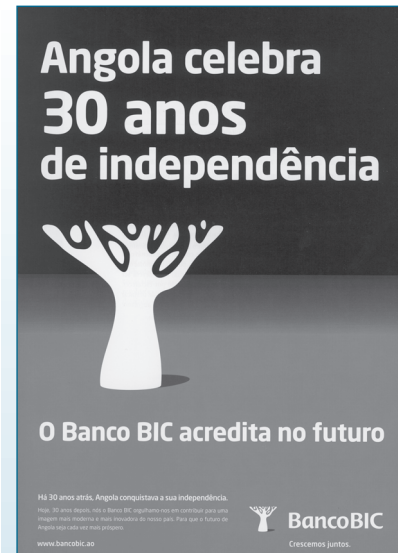
O MMI é um mercado de curto prazo, realizando operações que vão desde um dia (*overnight*) até 365 dias, permitindo às instituições bancárias realizar uma gestão mais flexível dos fundos e responder com maior eficácia às necessidades de curto prazo.

Através da cedência de liquidez entre os bancos, evita-se uma intervenção do Banco Central, que financiaria os défices de liquidez através da emissão de moeda, processo que provocaria tensões inflacionistas.

É no mercado interbancário de títulos que se transaccionam títulos da dívida pública. Estas transacções realizam-se entre as instituições financeiras e o Banco Central.

O principal objectivo do MIT é proceder ao controlo da liquidez da economia. Assim, se há falta de liquidez, o Banco Central compra títulos da dívida pública que se encontram na posse das instituições financeiras, aumentando a liquidez da economia. No caso de haver excesso de liquidez, o Banco Central intervém de forma inversa, isto é, vende títulos da dívida pública, regularizando a situação, **T7**.

Tanto o mercado monetário interbancário como o mercado interbancário de títulos têm como principal objectivo o controlo da liquidez da economia e o seu funcionamento insere-se na política monetária definida pelos governos.



T7 Economia enxuta

O MIT é o segmento preferido pelos Bancos Centrais para procederem às suas intervenções regularizadoras, quer seja no sentido de secar ou no sentido de injectar liquidez.

Ao adquirir títulos às outras instituições, o Banco Central injecta liquidez. Ao vender, procede à secagem. Quando a procura de liquidez excede a oferta, tal significa que a economia está «enxuta», a liquidez secou, o que pode requerer correcção. Quando há grande oferta de liquidez, significa que a economia está «líquida», o que requer igualmente correcção.

Marques, Walter, *op. cit.* (adaptado)

Actividades

1. Distinga mercado monetário interbancário de mercado interbancário de títulos.